

Paper do NAEA

Volume 1, Número 3, Edição/Série 487

Lazer, turismo e meio ambiente: formação e atuação profissional por meio de práticas pedagógicas lúdicas no Bosque Rodrigues Alves jardim zoobotânico da Amazônia em Belém – Pará – Brasil

Mirleide Char Bahia¹

Lucília da Silva Matos²



RESUMO

O objetivo desse artigo é apresentar reflexões acerca da formação e atuação profissional na área do lazer, por meio de práticas pedagógicas na natureza, tomando como base uma vivência lúdica realizada no Bosque Rodrigues Alves Jardim Zoobotânico da Amazônia (BRAJZA), em Belém – Pará – Brasil, a qual se mostrou significativa para aprendizagens sobre lendas amazônicas e patrimônio ambiental. A metodologia utilizada é de cunho qualitativo, se utilizando de levantamento bibliográfico sobre a formação e a atuação profissional na área do lazer. Os resultados demonstraram a importância de debates sobre as temáticas lazer, meio ambiente, cultura e patrimônio ambiental, conjugados com vivências práticas lúdicas, nos processos de formação de Animadores Socioculturais, os quais poderão ser determinantes na caracterização da ação profissional daqueles que poderão vir a atuar, na área do Lazer e do Turismo, em áreas naturais e espaços públicos.

Palavras-chave: Lazer. Turismo. Meio ambiente. Formação e atuação profissional. Lendas amazônicas. Bosque Rodrigues Alves Jardim Zoobotânico da Amazônia.

1 Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA). E-mail: mirleidebahia@gmail.com

2 Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2010). Docente na Universidade Federal do Pará, no Instituto de Ciências da Educação, na Faculdade de Educação Física. E-mail: luciliasmato@gmail.com.

ABSTRACT

The objective of this article is to present possibilities for training and professional performance in the leisure area, through pedagogical practices in nature, based on a ludic experience held at the Bosque Rodrigues Alves Jardim Zoobotânico da Amazônia (BRAJZA), in Belém – Pará – Brazil, which proved to be significant for learning about Amazonian legends and environmental heritage. The methodology used is of a qualitative nature, using a bibliographic survey on training and professional performance in the leisure area. The results demonstrated the importance of debates on the themes of leisure, environment, culture and environmental heritage, combined with practical playful experiences, in the training processes of Sociocultural Animators, which may be decisive in characterizing the professional action of those who may come to work, in the area of Leisure and Tourism, in natural areas and public spaces.

Keywords: Leisure. Tourism. Environment. Professional training and performance. Amazonian legends. Bosque Rodrigues Alves Jardim Zoobotânico da Amazônia.

INTRODUÇÃO

O estilo de vida cotidiano moderno sofre reflexos de manifestações vividas, haja vista que as suas necessidades mudam no decorrer dos tempos. No passado, o ser humano era integrado à natureza, interligado às suas necessidades e sentimentos culturais. Atualmente, essa realidade segue outras dimensões, influenciada pelo modelo capitalista, que constrói outro espaço de trabalho e tecnologias, outras formas de relações do ser humano com o meio ambiente.

Portanto, considera-se primordial refletir sobre as novas relações estabelecidas entre cultura-indivíduo-natureza, a qual pode ser refletida nas universidades, nas escolas, e fora delas, por meio de diversas formas de articulação de saberes. Nesse sentido, a temática Lazer e Meio Ambiente possibilita desenvolver diálogos de áreas envolvendo Cultura, Lazer, Turismo, Educação Ambiental, Patrimônio e outras temáticas e áreas de conhecimento, por meio de diversas vivências.

O objetivo desse artigo é apresentar reflexões acerca da formação e atuação profissional na área do lazer, por meio de práticas pedagógicas na natureza, tomando como base uma vivência lúdica realizada no Bosque Rodrigues Alves Jardim Zoobotânico da Amazônia (BRAJZA), em Belém – Pará – Brasil, a qual se mostrou significativa para aprendizagens sobre lendas amazônicas e patrimônio ambiental.

A metodologia utilizada é de cunho qualitativo, se utilizando de levantamento bibliográfico sobre a formação e a atuação profissional na área do lazer, a partir de breve descrição e reflexões sobre uma experiência prática vivenciada na disciplina denominada Estudos do Lazer, ministrada na Faculdade de Educação Física, da Universidade Federal do Pará, com o enfoque na temática “Lazer e Meio Ambiente”.

O planejamento de tal prática pedagógica realizada no Bosque se ancorou numa problemática debatida por Melo e Alves Junior (2003), a qual denominam de “produtividade no lazer”, que significa trazer para o campo do lazer a lógica hegemônica da rotina diária do trabalho, que no turismo, por vezes, se materializa nos horários rígidos, na correria para cumprir o tempo estabelecido para se conhecer o que o profissional guia apresenta aos visitantes e que faz parte do denominado “pacote turístico”.

Esse tipo de prática, na maioria das vezes, se torna bastante maçante e com pouco protagonismo dos visitantes, os quais ouvem as informações históricas a respeito do lugar visitado, observam o que é direcionado pelo guia e finalizam a visita com um breve registro de fotos no local mencionado pela narrativa, seguindo para outro local de visitação.

Tomando como base que o Bosque é uma espécie de “exemplar” da Floresta Amazônica, localizado em meio urbano da metrópole paraense, contendo animais e vegetais da região, monumentos históricos e imagens de personagens que representam lendas amazônicas, a potencialidade de se realizar práticas pedagógicas nesse local, como elemento de formação para futuros profissionais que irão trabalhar com o lazer e o turismo, vislumbra suscitar olhares e práticas mais críticas e romper com modelos pré-concebidos que se mantêm em lógicas de “produtividade no lazer”.

Cabe aqui uma breve descrição sobre a prática pedagógica realizada no Bosque, na qual foi adotada uma questão norteadora: 1) Que ações no âmbito da dimensão turística do lazer poderíamos realizar, a fim de levar o grupo de visitantes a conhecer o Bosque como patrimônio e a desfrutar de alguns aspectos históricos, culturais e ambientais com protagonismo e numa perspectiva lúdica?

Delineou-se como o objetivo geral da referida prática pedagógica, buscar estimular os participantes a conhecer aspectos da cultura amazônica (lendas da lara e do Curupira, representadas em esculturas localizadas no Bosque) e do acervo histórico desse patrimônio (monumentos existentes no Bosque), com maior protagonismo, por meio de vivências lúdicas. E como objetivos específicos definimos: 1) Refletir acerca das possibilidades metodológicas para o trabalho com os interesses do lazer e do turismo; 2) Se apropriar de reflexões teóricas da temática lazer e meio ambiente; 3) Apresentar aos participantes algumas narrativas mágicas presentes na cultura amazônica; 4) refletir coletivamente, por meio de uma roda de conversa, sobre o vivido.

Para a realização da prática, optou-se por uma brincadeira popular (Caça ao Tesouro) para “desbravar” o Bosque esteve intimamente relacionada com a escolha das lendas amazônicas como eixo norteador do processo lúdico de visita, tendo em vista que ambas são linguagens provenientes da cultura popular e que por isso são marcadas pelas características de antiguidade, persistência, anonimato e oralidade (CASCUDO, 1976). As lendas amazônicas serviram como eixo condutor da atividade realizada, por se entender que essas são elementos constituintes da identidade local na sintonia com o tema lazer e meio ambiente, uma vez que a lenda da lara e do Curupira são reconhecidas por retratarem esses seres como mágicos e protetores da floresta.

A partir da realização de tal prática pedagógica foi possível perceber diversas possibilidades de se trabalhar conteúdos relacionados ao lazer e ao meio ambiente em convívio social, como elementos capazes de fomentar reflexões sobre o equilíbrio ser humano-natureza, trazendo sua importância e suas potencialidades para se pensar a preservação e para a reflexão crítica sobre o consumismo, a expansão do urbano e outros assuntos, haja vista que a urbanização das cidades, no seu processo de transformação da sociedade, muitas vezes acaba resultando numa forte consequência socioambiental.

O lazer – como cultura vivenciada no tempo disponível da vida humana –, pode criar possibilidades de contestação e de mudança de atitudes, que expresso por meio de ações culturais, pode redimensionar o estilo de vida das pessoas, haja vista se inter-relacionar com as demais dimensões sociais (política, trabalho, economia, educação, família, entre outras) (BAHIA, 2013).

Nesta perspectiva o texto se encontra dividido em três itens: no primeiro, faz-se uma breve contextualização histórica do Bosque Rodrigues Alves Jardim Zoológico da Amazônia; no segundo, o debate gira em torno da temática Lazer, Meio Ambiente e Patrimônio e sua importância para a Formação de Animadores Socioculturais; e no terceiro, encerra-se com as considerações finais.

O BOSQUE RODRIGUES ALVES JARDIM ZOOBOTÂNICO DA AMAZÔNIA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O Bosque, como é popularmente conhecido, é uma Área Verde Pública Urbana (AVPU)³, situada em área central de Belém, no bairro do Marco. Foi inaugurado como Parque Municipal, em 25 de agosto de 1883, com uma área de 15 hectares. Foi inspirado em áreas verdes de Paris – França, como o “Bois de Bologne” e o *Parc de Bagatelle* e abriga uma importante diversidade de espécies da fauna e flora do ecossistema amazônico.

O espaço foi “revitalizado” na gestão de Antônio Lemos e entregue à cidade em 1903, com objetivo de “proporcionar um espaço de lazer agradável aos visitantes, sendo provido com diversos equipamentos, como cascatas, lagos, ilhas, grutas, viveiros de aves e pontes” (BAHIA, 2012, p. 185).

Em 1 de novembro de 1982, foi inscrito no livro de bens móveis, como um dos bens naturais tombados como Patrimônio Municipal da Cidade de Belém⁴ em função de suas qualidades estéticas e ecológicas (ABREU DA SILVEIRA, 2014; SILVA, 2018).

Um dos objetivos principais do tombamento é o de impedir a destruição, demolição ou mutilação, só podendo sofrer qualquer intervenção com prévia autorização documentada junto ao Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Estado. Na forma dessa lei, podem ser inscritos e protegidos no livro de Tombo de Bens Naturais, as paisagens, espaços ecológicos, recursos hídricos, monumentos e sítios ou reservas naturais, parques e reservas federais, estaduais e municipais (SILVA, 2018, p. 297).

Para Abreu da Silveira (2014, p. 239), o patrimônio seria uma construção social, que além de estar “ligada aos interesses e critérios estabelecidos pelo Estado-nação - também é uma ‘invenção’ que fortalece identidades”.

Para o referido autor o patrimônio em qualquer âmbito (municipal, estadual, nacional; da humanidade) se vincula ao mercado turístico (turismo cultural, ecoturismo ou turismo ecológico), “onde o chamado ‘patrimônio natural enquanto algo ‘autêntico’ constitui certa expressão paisagística – uma paisagem cênica - de determinado grupo étnico, revelando-se um atrativo turístico” (ABREU DA SILVEIRA, 2014, p. 240).

3 “Definidas como um tipo de espaço livre, de apropriação pública por excelência, geralmente gerenciadas pelo poder público, localizadas em áreas urbanas ao ar livre (se contrapondo às áreas edificadas), onde há predominância de vegetação arbórea e solo com pouca ou nenhuma impermeabilização. Estas possuem configurações ecológicas, estéticas e de lazer e são destinadas ao uso público da população da cidade para descanso, passeio e práticas corporais diversificadas, com diferentes graus de acessibilidade e de apropriação, sendo algumas mais livres e outras com certo controle de uso. Englobam praças arborizadas, jardins públicos, parques urbanos, unidades de conservação de proteção integral, hortos urbanos, jardins botânicos, jardins zoológicos, áreas com arborização urbana (canteiros centrais de avenidas, trevos de vias públicas e rotatórias de vias públicas que exercem apenas funções estéticas e ecológicas) e faixas de ligação entre áreas verdes” (BAHIA, 2012, p. 151).

4 “O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Bosque Municipal Rodrigues Alves foi tombado pela Lei Estadual nº. 4.855 de 03.09.79, alterada pela Lei nº5. 629 de 20.12.90, a qual dispõe sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará, Tombos Nos. Um e três, Processo nº. 0505/81 de 16.03.81, publicado no DOE de 01.11.82. Ressalta-se que o Tombo no nível da esfera municipal data 18.05.94”, conforme Histórico do Bosque (BOSQUE RODRIGUES ALVES JARDIM BOTÂNICO DA AMAZÔNIA, 2005, p. 81).

Em julho de 2002, o Bosque recebeu o título de Jardim Botânico da Amazônia, com base na Resolução nº 266, de 03 de agosto de 2000, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Com a certificação, o Bosque entrou na lista da Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB), que integra a *Botanic Gardens Conservation International* (BGCI), Rede Mundial de Jardins Botânicos, com mais de 1.846 jardins botânicos em 148 países.

Para os efeitos desta Resolução, entende-se como jardim botânico a área protegida, constituída no seu todo ou em parte, por coleções de plantas vivas cientificamente reconhecidas, organizadas, documentadas e identificadas, com a finalidade de estudo, pesquisa e documentação do patrimônio florístico do País, acessível ao público, no todo ou em parte, servindo à educação, à cultura, ao lazer e à conservação do meio ambiente (CONAMA, 2008, p. 60).

Com 150.000 m² de área, e situado no centro urbano da cidade de Belém, recebe aproximadamente 200.000 visitantes ao ano, entre estudantes, turistas, pesquisadores e o público em geral, os quais podem conhecer espécies representativas da flora e fauna amazônicas, bem como as edificações históricas datadas do início do século XX, sendo administrado, atualmente, pela Prefeitura Municipal de Belém, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA).

Por meio da Instrução Normativa nº. 04, de 4 de março de 2002, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Bosque recebeu o registro de Jardim Zoológico Público, consoante ao disposto no Art. 2º da lei 7.173, de 14 de dezembro de 1983, o que facilitou seu adequado uso como Unidade de Conservação Municipal e o desenvolvimento de projetos científicos e de educação ambiental.

O Bosque possui atualmente um acervo físico composto por: recinto dos quelônios; recinto do peixe-boi; cascata; brinquedoteca; oficina multiuso; parque infantil; lago da iara; ponte sobre o lago da iara; ruínas do castelo; orquidário restaurante; monumentos aos intendentess; fonte Fernando Costa; gruta encantada; auditório; jardim sensorial; setor de flora; setor de fauna; setor de quarentena dos animais; setor de educação ambiental; setor de administração; diretoria; biblioteca própria e especializada; chalé de ferro; coreto chinês; aquário; conjunto de lagos e riachos (artificiais); alojamento dos servidores do setor de campo e limpeza; guaritas de vigilância; portão de serviço; posto da guarda municipal; setor de inclusão digital – telecentro; sanitários públicos.

Para ordenamento de uso, o Bosque possui um regimento interno, o qual estabelece as normas de uso e de adequação das atividades desenvolvidas na referida área, tomando como base as prioridades de ação, os objetivos e as metas do Plano de Ação, deliberado em Assembleia da Rede Brasileira de Jardins Botânicos. Algumas atribuições são estabelecidas para o setor de Educação Ambiental e Extensão Cultural do Bosque, responsável pelos projetos e ações diretamente ligadas ao uso desta área pelo público (BELÉM, 2012).

Percebe-se que uma área verde pública urbana, como o Bosque, apresenta um potencial bastante significativo para a realização de vivências e de processos formativos, capazes de fomentar reflexões e funcionar como possíveis elementos de sensibilização sobre as relações ser humano-natureza, potencializando as práticas de lazer e turismo em espaços como esses.

Além disso, dependendo do acervo patrimonial ali presente, pode ser possível viabilizar processos de educação patrimonial e de conhecimentos ampliados sobre história, memória e, também, sobre lendas amazônicas que se vinculam à existência de alguns monumentos, como é o caso do Bosque

A TEMÁTICA MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO NA FORMAÇÃO DE ANIMADORES SOCIOCULTURAIS

O conhecimento acerca da temática meio ambiente e patrimônio é relevante para ações educativas qualificadas a serem desenvolvidas pelo profissional que atua com o lazer (animador sociocultural).

A formação do profissional do lazer, aqui denominado de animador sociocultural, requer um acúmulo de conhecimentos abrangente e deve estar pautada no compromisso pedagógico de aprofundamento teórico-prático; de engajamento político na sociedade; de sensibilidade para valorizar e respeitar os diferentes olhares sobre a realidade; de compreensão mínima das diversas manifestações/linguagens culturais como estratégia e objetivo de intervenção; entre outros compromissos (BAHIA, 2013).

Os objetivos da animação sociocultural são:

promover uma compreensão das pessoas em relação a si próprias e ao mundo que as cerca; buscar maior participação de todos nas questões sociais mais amplas, por meio da busca de soluções coletivas, sempre renovadas, para os problemas de sua comunidade; e, também, possibilitar uma preparação para empreender mudanças na sociedade, gerando um pensar constante sobre o papel dos sujeitos nesse sentido (ISAYAMA, 2002, p. 110).

O animador sociocultural precisa ser formado com a compreensão de que, para além do comprometimento pela construção de novos valores – firmados em bases sólidas de uma sociedade democrática –, o lazer pode contribuir também para um processo mais amplo de educação estética, ou seja, de educação das sensibilidades (MELO, 2002), a qual pode desenvolver nos indivíduos a capacidade de julgamento e de criticidade, a partir do estabelecimento de novos olhares (mais tolerantes e multirreferenciais) acerca da vida e da realidade (BAHIA, 2013).

Considera-se relevante pensar no papel do animador como alguém que pode contribuir para uma atuação que possua caráter pedagógico e alcance níveis de intervenção política, formando os participantes para a produção de cultura, o contato com a natureza e o conhecimento sobre patrimônio.

Nesse sentido, os estudos do lazer e seus processos formativos precisam estar fundados na compreensão de aspectos macro e complexos da sociedade, haja vista que tudo está interligado e as práticas sociais de lazer são um dos elementos constituintes desse “todo”.

Guattari (1990), desde a década de 1990, anunciava a necessidade de uma recomposição das relações humanas em seus diversos âmbitos, propondo a lógica de um novo paradigma filosófico, denominado de “ecosófico”, em que se deve adotar uma relação dialética entre reflexão – por meio de pesquisas – e ação – por meio de práticas diárias.

É concebível em compensação que a nova referência ecosófica indique linhas de recomposição das práxis humanas nos mais variados domínios. Em todas as escalas individuais e coletivas, naquilo que concerne tanto à vida cotidiana quanto à reinvenção da democracia – no registro do urbanismo, da criação artística, do esporte etc – trata-se, a cada vez, de se debruçar sobre o que poderiam ser os dispositivos de produção de subjetividade, indo no sentido de uma resingularização individual e/ou coletiva, ao invés de ir no sentido de uma usinagem pela mídia, sinônimo de desolação e desespero (GUATTARI, 1990, p. 15).

A adoção de uma ética “ecosófica” em todas as esferas da vida, depende de reflexões e ações humanas sobre suas práticas e sua visão androcêntrica (centralidade do homem, enquanto gênero masculino) e antropocêntrica (que corresponde a uma centralidade do ser humano promovendo uma relação de dominação do meio ambiente). A mudança de tais paradigmas é urgente e necessária, devendo adotar uma relação dialética entre reflexão – por meio de pesquisas – e ação – por meio de nossas práticas diárias (GUATTARI, 1990).

Sabendo que a natureza não pode jamais ser separada da cultura – de fato, não existe uma natureza intocada pelo homem, uma vez que a espécie humana faz parte da trama toda da vida do planeta e vem habitando e interagindo com os mais diferentes ecossistemas há mais de um milhão de anos – faz-se necessário, aprender a pensar “transversalmente as interações entre os ecossistemas, mecanosfera e Universos de referência sociais e individuais” (GUATTARI, 1990, p. 25), o que significa dizer, que não deve haver separação entre os diversos setores da vida na Terra, e a compreensão de mundo e de ser humano não pode ser pensada dicotomicamente, com a separação de cultura-natureza, principalmente refletidas nas atitudes humanas sobre o meio ambiente.

Certamente seria absurdo querer voltar atrás para tentar reconstituir as antigas maneiras de viver. Jamais o trabalho humano ou o hábitat voltarão a ser o que eram há poucas décadas, depois das revoluções informáticas, robóticas, depois do desenvolvimento do gênio genético e depois da mundialização do conjunto dos mercados. A aceleração das velocidades de transporte e de comunicação, a interdependência dos centros urbanos, estudados por Paul Virilio, constitui igualmente um estado de fato irreversível que conviria antes de tudo reorientar. De uma certa maneira, temos que admitir que será preciso lidar com esse estado de fato. Mas esse lidar implica uma recomposição dos objetivos e dos métodos do conjunto do movimento social nas “condições de hoje” (GUATTARI, 1990, p. 24-25).

Ao se pensar na articulação de saberes sobre lazer e meio ambiente, torna-se necessário compreender que as transformações na natureza vêm se estabelecendo, por décadas, interligadas ao processo de civilização da humanidade, o qual produziu uma problemática ambiental iniciada no “discurso do desenvolvimento”, com o domínio de países ditos desenvolvidos sobre os outros países, resultando na exploração de recursos naturais e a exclusão sociocultural interferindo no mecanismo social e na capacidade ecológica de renovação do ambiente, resultando em uma crise da civilização (LEFF, 2009).

As questões ambientais devem ser articuladas em todos os setores, pois não há como pensar a natureza de forma isolada, haja vista que a problemática ambiental é o resultado da crise da civilização. Leff (2009) sugere que para buscar alternativas que possam resolver este problema é necessário primeiro reconhecer a visão de valores, referindo-se à construção de um novo paradigma de desenvolvimento, que por sua vez intervenha positivamente nos sujeitos sociais e na dinâmica da economia.

Bahia e Alves (2018), defendem que o debate sobre lazer e meio ambiente precisa assumir um significado mais abrangente, na medida em que deve ser interpretado como o resultado das inter-relações entre natureza e a sociedade, valorizando-se a relação meio ambiente - qualidade de vida (social, e não apenas natural) numa esfera de amplitude socioambiental.

Como resultado, não somente as atitudes para o meio ambiente diferem, mas difere também, a capacidade real dos sentidos. Assim as propostas de educação ambiental devem buscar estimular ao máximo a capacidade dos sentidos de seu público, tendo em vista a possibilidade de utilização dos mesmos para a concretização de atitudes comprometidas com o meio ambiente (TUAN, 1980, p. 12).

O papel do animador sociocultural, em sua atuação nas atividades de lazer relacionadas ao meio ambiente, deve estar pautado na sensibilização das pessoas sobre o impacto de sua presença em áreas naturais, dando possibilidades para o seu desenvolvimento pessoal, despertando uma consciência sustentável e, por meio de conhecimentos e técnicas de educação ambiental, propiciar condições de aquisição de comportamentos pautados na autonomia, na seriedade, na sensibilidade e na responsabilidade, para que os indivíduos estejam cientes de suas atitudes nessas áreas (BAHIA, 2013).

O debate sobre Patrimônio também ganha relevância, pois coloca em pauta o conhecimento da cultura e da história de uma cidade, de um povo. Gonçalves (2003) entende o patrimônio como uma categoria de pensamento e um esforço para resguardar o passado no futuro, desde que o objeto ou evento seja reconhecido como valor, no âmbito das relações sociais e simbólicas.

Para Abreu da Silveira (2014, p. 251), a cidade é um espaço das manifestações humanas e revela-se como um superartefato, o qual encerra gestos e técnicas “[...] definidoras de formas de urbanidade, aqui no sentido de viver e praticar a urbe sob a dinâmica das imagens simbólicas [...] um conjunto de paisagens articuladoras de patrimônios heteróclitos [...]”.

A partir daí, pensar o “Bosque” como um patrimônio da cidade de Belém, diante da polissemia que aciona, implica penetrar em um debate que supere certas dicotomias e sentidos comuns em torno do bem patrimonial, para adentrarmos nas complexidades inerentes às paisagens como construções/representações humanas que resituam o próprio lugar do humano e dos não-humanos (vivos ou não), quando se considera as suas agências no *corpus* da urbe (ABREU DA SILVEIRA, 2014, p. 243. GRIFOS DO AUTOR).

Dessa forma, para avançar nas experiências de lazer, tanto do profissional como do participante, a conscientização política do animador deve ser vista de maneira universal, com compromisso local, para que juntos, possam enfrentar a problemática ambiental (BAHIA; ALVES, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou apresentar reflexões acerca da formação e atuação profissional na área do lazer, por meio de práticas pedagógicas na natureza, tomando como base uma vivência lúdica realizada no Bosque Rodrigues Alves Jardim Zoobotânico da Amazônia (BRAJZA), em Belém – Pará – Brasil, a qual se mostrou significativa para aprendizagens sobre o lendas amazônicas e patrimônio ambiental.

Situou-se o lazer como cultura vivenciada no tempo disponível das pessoas, no qual há possibilidades de criar espaços para a reflexão crítica, por meio de ações culturais, redimensionando o estilo de vida das pessoas na relação com o meio ambiente.

Apresentou-se, de maneira geral, a vivência lúdica realizada no Bosque Rodrigues Alves que se deu por meio de uma adaptação da brincadeira popular “caça ao tesouro”, como uma forma de problematizar as vivências turísticas que são desenvolvidas aos moldes do trabalho, com horários rígidos, velocidade na realização das atividades e sem grandes reflexões, na perspectiva do que, na teoria do lazer é denominado de produtividade no lazer, como uma crítica a como são, geralmente, realizados os pacotes turísticos.

Como resultado de tais vivências trouxemos a reflexão a cerca de aspectos históricos do Bosque Rodrigues Alves como espaço significativo para a realização de práticas lúdicas no âmbito de sua visitação e de processos formativos, capazes de fomentar reflexões e funcionar como possíveis elementos de sensibilização sobre as relações ser humano-natureza, potencializando as práticas de lazer e turismo e de educação patrimonial na conjugação de conhecimentos ampliados sobre história, memória e, também, sobre lendas amazônicas que se vinculam à existência de alguns monumentos presentes no Bosque.

No que tange a formação do profissional do lazer apontamos a perspectiva da animação sociocultural que pressupõe que esses sujeitos devam ter os seguintes compromissos: aprofundamento teórico-prático; engajamento político na sociedade; sensibilidade para valorizar e respeitar os diferentes olhares sobre a realidade e a compreensão das diversas manifestações/linguagens culturais. Compromissos que visam alcançar os objetivos da animação sociocultural que é o de estimular as pessoas a compreenderem que o lazer pode dinamizar para um processo mais amplo de educação estética, de educação das sensibilidades o que pressupõe o desenvolvimento numa perspectiva da criatividade e da criticidade a partir do olhar para a realidade dinâmica e contraditória.

Portanto a tarefa do profissional do lazer quando relacionada ao meio ambiente deve ser um processo de sensibilização das pessoas sobre o impacto de sua presença em áreas naturais, de modo a levá-las ao desenvolvimento pessoal na articulação com o despertar da consciência sustentável, o que pressupõe lançar mão de conhecimentos e técnicas de educação ambiental, estimulando comportamentos autônomos, sensíveis e responsáveis na sua relação com o patrimônio natural, cultural e histórico.

Por fim apontamos como resultados a importância de debates sobre as temáticas lazer, meio ambiente, cultura e patrimônio ambiental, conjugados com vivências práticas lúdicas, nos processos de formação de Animadores Socioculturais, os quais poderão ser determinantes na caracterização da ação profissional daqueles que poderão vir a atuar, na área do Lazer e do Turismo, em áreas naturais e espaços públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU DA SILVEIRA, Flávio Leonel. Paisagens do Bosque Rodrigues Alves, Belém (PA): considerações sobre a conservação do patrimônio urbano no contexto amazônico. *Antíteses*, vol. 7, núm. 14, julho-dezembro, 2014.

BAHIA, Mirleide Char. *O lazer e as relações Socioambientais em Belém – Pará* (tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA/UFPA, Belém, 2012.

BAHIA, Mirleide Char. Lazer e Meio Ambiente: perspectivas para formação e atuação profissional crítica, criativa e sustentável. In: GAIO, Roberta; SEABRA JUNIOR, Luiz; DELGADO, Maurício Aníbal (Orgs). *Formação Profissional em Educação Física*. Várzea Paulista, SP: Editora Fontoura, 2013.

BAHIA, Mirleide Char; ALVES, Cathia. Conhecimentos e saberes: formação e atuação profissional nas atividades de lazer na natureza. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira (Org). *Formação e atuação profissional em políticas públicas de esporte e lazer: estudos e pesquisas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

BELÉM. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Bosque Rodrigues Alves – Jardim Zoobotânico da Amazônia. *Regimento interno do BRAJBA*. Belém, 2012.

BOSQUE RODRIGUES ALVES JARDIM BOTÂNICO DA AMAZÔNIA. *Histórico do Bosque Rodrigues Alves*. Adaptação de Biblioteca Bosque Rodrigues Alves. Belém, 2005.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 9 ed. Brasília: J. Olympio, INL, 1976.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução nº 339, de 25 de setembro de 2003. In: CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. *Resoluções do Conama: resoluções vigentes publicadas entre julho de 1984 e novembro de 2008*. 2. ed. Brasília: CONAMA, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo. O patrimônio como categoria de pensamento, ensaios contemporâneos. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). *Memória e patrimônio, ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: D.P&A, 2003.

GUATTARI, Felix. *As três ecologias*. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas, SP: Papirus, 1990.

ISAYAMA, Hélder Ferreira. *Recreação e lazer como integrantes de currículos dos cursos de graduação em Educação Física*. 2002. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. Campinas, SP, 2002.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 7ed. Petrópolis, Brasil: Vozes, 2009.

MELO, Victor Andrade de. Educação estética e animação cultural. *Revista Licere*, Belo Horizonte, v. 5, n.1. 2002.

MELO, Victor A.; ALVES JUNIOR., Edmundo D. *Introdução ao lazer*. São Paulo: Manole, 2003.

SILVA, Cleber Gomes da. Turismo, Patrimonialização e o tombamento estadual dos bens naturais de Belém do Pará (Brasil). *Turismo & Sociedade*. Curitiba, v. 11, n. 2, maio-agosto de 2018.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.